

Concepções Sobre as Fases da Vida na Comunidade Escolar Pelas Vozes da Infância e Adolescência Contemporânea

Mariana Rauter¹
Leila Maria Ferreira Salles²

Resumo

O objetivo deste texto é investigar os sentidos e concepções sobre a infância e a adolescência que vigoram na sociedade atual. Procuramos discutir como a tutela e a consequente autonomia e independência que crianças e adolescentes desfrutam estão sendo configuradas. Para tanto foram entrevistadas quatro crianças e quatro adolescentes. Esse estudo possibilitou-nos perceber que jovens e crianças, ao caracterizarem as três fases da vida, reproduzem em suas falas características universalizadas. Infância é a época de brincar, a adolescência de se divertir e a idade adulta assumir responsabilidades. A associação entre idade adulta com razão e o fato de o adulto ser considerado o provedor da família parece legitimar sua autoridade à criança e ao adolescente. Este paradoxo indica então a necessidade de que outros estudos que aprofundem tal questão sejam realizados.

Palavras chave: Adolescência. Infância. Vida adulta e contemporaneidade.

¹ Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

² Leila Maria Ferreira Salles possui Graduação em Formação de Psicólogo pela Universidade de São Paulo (USP), Mestrado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (Ufscar) e Doutorado em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), com Pós-Doutorado no exterior. Atualmente é professora livre docente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Tem experiência na área de Educação e Psicologia, com ênfase em Psicologia Social. Suas investigações examinam a adolescência e a juventude na sociedade contemporânea, os processos de inserção social de jovens na comunidade, violência e educação.

CONCEPTIONS ABOUT THE STAGES OF LIFE AT SCHOOL BY VOICES OF CONTEMPORARY CHILDHOOD AND ADOLESCENCE

Abstract

The goal of this text is to investigate the meanings and concepts about childhood and adolescence that prevail in actual current society. We sought to discuss the guardianship and the consequent autonomy and independence that children and teenagers enjoy and are being configured. For both, four children and four teenagers were respondents. This review allowed ourselves to perceive that teenagers and children, characterizing the three stages of life, reproduce in their words universalized characteristics. Childhood is the period to play, the adolescence entertaining themselves and assuming responsibilities. The association between age, adult, and rationality and the fact of the adult being reputable, the provider's family legitimizes its authority to children and to the teenagers. Then, this paradox indicates the necessity of other studies that deepen this question.

Keywords: Adolescence. Childhood. Adult. Contemporary.

A concepção de infância é distinta conforme o período histórico considerado. A criança que já foi concebida como adulto em miniatura passa a ser percebida como diferente deles, como um ser puro, inocente e assexuado (Ariès, 1981). Com isso, adultos e crianças se separam e, ao separarem-se, a sociedade cria, sob a influência de conhecimentos especializados na área como o da Psicologia do Desenvolvimento, expectativas de comportamento, linguagens e atitudes que são considerados apropriados para esta faixa etária (Salles, 2005; Castro, 1998b). Hoje, entretanto, essa forma pela qual a infância se configurou vem sendo pouco a pouco modificada e se torna visível até mesmo em aspectos como nos trajes que as crianças vestem, no uso de maquiagens, de sapatos de salto alto, de tatuagens e piercings. A infância parece estar, então, perdendo o seu significado anterior ao mesmo tempo em que outros vão se impondo (Campos; Souza, 2003; Postman, 1999). Percebe-se que não apenas a infância está sendo ressignificada, mas a adolescência e a juventude, como etapas da vida, têm também sido significadas de uma forma diferente da que tinham em épocas anteriores (Salles, 2005; Peralva, 1997; Szapiro; Resende, 2010).

Com isso algumas questões se impõem: O que significa infância, adolescência e juventude hoje? O objetivo deste texto é, então, investigar os sentidos e concepções sobre a infância e a adolescência que vigoram na sociedade atual. O fato de estes significados estarem em processo de mudança, justifica um estudo como este.

De acordo com Peralva (1997), as transformações nas relações de trabalho e o prolongamento da escolarização, entre outros aspectos, provocam uma bagunça nas etapas da vida e catalisam o que chamamos neste texto de confusão de sentidos entre as fases da vida. Essas ressignificações que definem novos parâmetros na relação crianças/adolescentes/jovens e adultos têm implicações em diferentes meios sociais, entre eles a escola. Neste contexto, uma questão que se coloca diz respeito aos modos de tutela e a conseqüente autonomia e independência que crianças e adolescentes adquirem na sociedade atual. Assim, discutir essa questão constitui-se também em objetivo deste texto.

Para a realização deste estudo foram feitas entrevistas semi-estruturadas por meio das quais quatro crianças e quatro adolescentes, nos auxiliariam a encontrar alguns apontamentos acerca da temática proposta. Os entrevistados eram estudantes de uma escola pública da cidade de Leme, interior de São Paulo.

A escola oferece os níveis de Ensino Fundamental, ciclo I, e Educação de Jovens e Adultos (EJA) e está localizada em um bairro da periferia urbana pobre. Certa vez foi tema de um programa televisivo da EPTV, quando a emissora discorria a respeito de dois projetos desenvolvidos por duas voluntárias: um sobre higiene bucal e outro relacionado ao aprendizado da música instrumental. A escola conta com o trabalho de uma psicóloga que atende alunos diagnosticados com problemas de diversas ordens.

Após contato com a direção da escola, sorteamos 8 alunos para participarem das entrevistas. O pré-requisito foi o de se encontrarem nas faixas-etárias definidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como criança e como adolescente: crianças até 12 anos e adolescentes até 18 anos. Mediante a metodologia da análise de conteúdo de Laurence Bardin (2002), criamos categorias, a partir das temáticas surgidas nas falas dos entrevistados, para analisar o conteúdo dessas falas e buscarmos algumas respostas às inquietações da problemática.

Infância contemporânea

Pais e educadores tornam-se fontes cada vez menos requisitadas na busca de informações, apesar de ambos (cada um em sua competência) serem os ainda responsáveis legais pelo menor. Em meio à Internet, televisão, revistas e jornais, a curiosidade é saciada de forma muito mais rápida e sem proibições ou restrições a quaisquer detalhes buscados. Tudo está ali na tela, ou no papel. É só olhar e ler. Como expressa Salles (2005, p. 3), “a identidade é construída hoje numa cultura caracterizada pela existência de uma indústria da informação, no aqui e no agora, no prazer imediato”. O deslocamento da criança e do adolescente da posição de ser passivo e submisso ao ser que, ao conhecer mais

exige mais e ambiciona mais, modifica o sentido e o espaço social da infância e da adolescência. De acordo com Sarmiento (2004), o que existe é uma “norma moderna da infância”, em que a participação das crianças na vida social, na coletividade, no mercado, é intensificada.

Segundo Castro (1998b, p. 28), o conceito de infância esteve por muito tempo restrito a considerações de ordem biológica, por meio do qual era possível se postular sua universalidade. A criança era comparada ao selvagem: ambos imaturos e não desenvolvidos. Nesse ínterim:

Ao se presumir tal universalidade, perde-se de vista o horizonte sócio-cultural específico de onde nascem as explicações sobre desenvolvimento, negando-se as preocupações históricas que deram origem e sustentação a estas explicações, e enclausurando as possibilidades históricas dentro de um único *telos*, aquele assumido dentro do curso da história ocidental, europeia, que para muitos estudiosos está marcada por um viés colonialista e patriarcal (Castro, 1998b, p. 30).

São os espaços socioculturais, na verdade, que vão constituindo e formando o ser, histórico, social e psicológico (Salles, 2005; Camarano et al., 2004). Nesse sentido, a infância é uma construção histórica e social. Sarmiento (2004) afirma que a definição de criança não é nem única e nem imutável; pelo contrário, a criança traz em si, como base formadora, a sociedade. Para Sarmiento (2004), a criança ao nascer incorpora o mundo dando continuidade a ele, mas ao mesmo tempo o transforma. A criança é como diz: “um ator portador da novidade que é inerente à sua pertença à geração que dá continuidade e faz renascer o mundo” (Sarmiento, 2004, p. 2).

Sarmiento, tal como Postman (1999) e Ariès (1981), destaca que a infância é uma ideia e uma norma moderna, que provocaram “a institucionalização da infância”. Essa institucionalização inicia-se no final do século 16, início do século 17 quando se abre espaços (escolas, abrigos, etc.) direcionados aos “cuidados” desses “novos” sujeitos incutidos nessa nova fase de vida. Entre essas instituições se insere a escola, que se expande tornando-se pública, aberta às massas, e a família, que se reconstitui de acordo com o modelo de família nuclear. Ambas

se encarregam, junto com os saberes disciplinares, da educação das crianças. Como o próprio Sarmiento (2004) afirma, é no final do século 20 que tudo se radicalizará. Meios de controlar essa “descoberta” passarão a ser pensados e a ter credibilidade para a promoção de uma situação estável às circunstâncias. As escolas, disciplinas, a seleção do que se deve saber e o que restringir, fazem com que as instituições de âmbito infantil, enfaticamente a escola, ganhem força descomedida, centralizando nestas instituições os cuidados que deveriam ter com a modulação da infância. Com isso, conseqüentemente, o controle sobre a infância foi crescendo e a autonomia das crianças era impensada, surgindo a “administração simbólica da infância” com novos reguladores: “Convenção dos Direitos da Criança e com normas de agências internacionais (como a Unicef, a OIT, a OMS) configuradoras de uma infância global, no plano normativo” (Sarmiento, 2004, p. 6).

De fundamental importância nesta citação é sublinharmos a potencial intenção em “normatizar, universalizar e homogeneizar” a infância: a forma da infância torna-se caráter internacional.

Quem gerenciará essa nova descoberta?

O próximo passo, como nos traz ainda Sarmiento (2004), com a normatização da infância, é a padronização de condutas dentre os lugares que as crianças se inserem, gerando a “administração simbólica da infância”, como, por exemplo, definir o que elas querem ou devem gostar de comer, ambientes aptos e inaptos para serem frequentados, a assiduidade com a qual isso deve ocorrer, o número de horas permitido, etc.

Com todo esse processo de normatizar da infância, esta vai sendo conduzida a um processo de homogeneização. Isto gerará, entretanto, como diz Sarmiento (2004, p. 6), uma “acentuação das desigualdades, no quadro do efeito homogeneizador do processo de globalização” que tenta normatizar e igualar a infância. A lógica desse processo, que vai do não existir da infância (quando ainda era vista como um adulto em miniatura) à afirmação desta fase

da vida, envolvendo processos de normatização e a conseguinte acentuação das desigualdades, acarreta a necessidade de que pais, escola e sociedade repensem o conceito normativo institucional. Neste sentido, torna-se necessário repensar qual é o espaço para e da criança e quais não pertencem a elas, o que é infantil e o que é reservado ao adulto, e a racionalidade dessas divisões.

Castro (2008) nos traz em sua fala um pouco sobre a participação da esfera econômica na construção de um novo olhar para com as crianças:

A divisão geracional do trabalho deve ser encarada diacronicamente, e portanto, seguindo o discurso marxista, se as máquinas são trabalho vivo coagulado, então, pode-se seguramente afirmar que as qualificações básicas dos adultos necessárias nas sociedades industriais são trabalho infantil coagulado (p. 3).

Sarmento (2004, p. 7) complementa: “Um aspecto nuclear na reinstitucionalização da infância é a reentrada (ou pelo menos, a visibilização de algo que nunca deixou de acontecer, mas estava escondido) da infância na esfera econômica”. As crianças tornam-se cada vez mais consumidoras mesmo que apenas potencialmente (Salles, 2005; Castro, 1998b).

Com essa relação de consumo que se faz estabelecer entre as pessoas, ideais e valores estão sendo modificados e, acompanhando essas modificações, as relações entre crianças, jovens e adultos também se modificam. Essas relações, oriundas de uma cultura, de um sistema social, vão moldando a estrutura subjetiva das pessoas e vão desenvolvendo uma maneira própria de viver (Campos; Souza, 2003).

Diante destas colocações, uma pesquisa muito interessante, realizada por Momo e Costa (2010) na periferia do sul do Brasil, vem ao encontro da discussão que estamos fazendo neste trabalho sobre a relação do meio social, suas ideologias e objetivos dominantes diante da construção da infância e juventude contemporâneas. No decorrer de suas investigações nas escolas, ao observar o que as crianças faziam ou como estas agiam, as autoras não se restringiam a

olhar, como esclareceu, “ao visível” (p. 968), mas, principalmente, aos desejos de visibilização das crianças. Para isso, passaram a se atentar no que estava circulando na mídia impressa e televisiva no momento.

Algumas vezes, foi a partir de observações nas escolas que nos lançamos à procura da fonte de inspiração midiática de tal ou qual manifestação na sala de aula. Isso ocorreu, por exemplo, quando inúmeras redações de crianças, aludindo ao sonho de desfrutar as delícias de um quarto decorado com um “edredon de coração”, nos remeteram a episódios de *Malhação*³ em que tal objeto despontava (Momo; Costa, 2010, p. 969).

A criança e o papel infantil, antes restritos a passividades e sob responsabilidade das instituições da infância (escola e família, principalmente) passam a ser pensados como consumidor em potencial. A criança é tida como uma rica fonte de possibilidades. De ser inapto, sem voz, a ter voz. Este processo, como diz Sarmiento (2004, p. 9), fortemente influenciado pela mídia e pelo mercado, acaba por gerar “poderosamente a globalização da infância”. Tal processo remete à letra e, principalmente, à imagem do clip “Another Brick In The Wall”³ do grupo Pink Floyd, no qual todas as crianças aparecem em determinados momentos idênticas, porém sem expressão e singularidades, completamente ausentes de sentimentos, movidas pela máquina do sistema.

Para construirmos considerações em relação à infância na contemporaneidade, foi, então, necessário delinear o que seria infância dentro de contextos sociais, vendo-a como um sentimento criado e institucionalizado (final do século 16 e início do século 17), modificado (a partir do momento em que se percebe que há uma desigualdade quando existe a tentativa de normatizá-lo) e capturado (aproveitando-se da crise da homogeneização das normatizações) pela ideologia capitalista que levanta a bandeira da identidade da criança, com suas vontades próprias, seus gostos, desejos e “necessidades”.

³ Para conhecer o clip, acessar <<http://letras.mus.br/pink-floyd/64541/>>.

A criança, cada vez mais vaidosa, “independente” e autônoma em seus gostos e escolhas, aponta para uma infância com características juvenis:

São crianças que procuram de modo incansável se inscrever na cultura globalmente reconhecida e fazer parte de uma comunidade de consumidores de artefatos em voga na mídia do momento; que produzem seu corpo de forma a harmonizá-lo com o mundo das imagens e do espetáculo; que se caracterizam por constantes e ininterruptos movimentos e mutações. São crianças que buscam infatigavelmente a fruição e o prazer e, nessa busca, borram fronteiras de classe, gênero e geração (Momo; Costa, 2010, p. 970).

Esta modulação de uma infância jovem gera a tentativa e, quiçá, o resultado de uma homogeneização desta fase da vida. No diálogo que Delgado e Muller (2006) realizam com Manuel Jacinto Sarmiento, este cita um relatório de 2005 da Unicef, sob o título “Uma Geração sobre Ameaça”, que explicita as consequências da globalização hegemônica às crianças. O que nos preocupa, nesse processo, não é de maneira alguma a voz ativa da criança ante a sociedade, mas, sim, o que está por trás dessa modulação e quem está falando pela criança, que, por muitas vezes, ao contrário da imagem que é passada de criança “emancipada”, esconde uma criança modulada e reprodutora do sistema vigente.

A infância na sociedade atual tem em sua complexidade a representação de um percurso histórico de concepções, interesses políticos e mercadológicos, em que o jovem torna-se modelo para as diferentes faixas etárias (Peralva, 1997).

Adolescência e juventude como modelo ideal na sociedade contemporânea

Talvez hoje não haja mais espanto em andarmos e nos depararmos com crianças, adolescentes, jovens e adultos gesticulando, falando, vestindo-se e se comunicando de maneiras semelhantes. Apesar, porém, da naturalidade em que esses ocorridos acontecem, para nós, que nos interessamos em estudar essa temática, tais atitudes e comportamentos nos provoca um olhar indagador do

porquê isso acontece. Acreditamos como já pontuado neste trabalho, que o sujeito não é estritamente biológico, mas formado pela história e cultura que o rodeia. Lembramos, pois: “Os modos ou os processos de subjetivação indicam a forma pela qual os homens se apropriam da sociedade” (Salles, 2005, p. 3).

A tendência a se igualar as faixas etárias – crianças, adolescentes, jovens e adultos –, parece dar-se independente das vivências de cada um. Mesmo com a diferença de anos vividos e vivenciados em diferentes contextos, os comportamentos, falas, necessidades e gostos estéticos tendem a se assemelhar. Ambos, crianças e adultos, se assemelham no desejo da juventude. Almeja-se a juventude, almeja-se ser belo e possuir coisas. Como asseveram Szapiro e Resende (2010, p. 48), todo mundo volta-se e “constitui-se hoje no trabalho permanente de modular-se como um objeto de consumo numa economia de mercado que se alimenta da crença segundo a qual somos e somos felizes, se somos o novo”.

Segundo Szapiro e Resende (2010), hoje, ao contrário de antigamente, quando ser adulto era ambicionado, a juventude com as suas características e tipificações tornou-se mais que um modelo, um ideal de sujeito admirado. Ser jovem é ser atualizado, não ultrapassado e, portanto, velho, preso a valores e conceitos antigos. Renovar é a palavra. Assim, de acordo com Szapiro e Resende (2010), a efemeridade passa a ser a descrição para esse estilo de vida, pois o ideal é ser o menos adulto possível, mudar de emprego com frequência e ter relacionamentos amorosos que durem apenas enquanto ambos os parceiros se julgarem felizes. Ser adulto torna-se sinônimo de perda: perda da juventude, de liberdade, renovação e reinvenção. Ser novo é a palavra de ordem. Ser ou permanecer jovem é um ideal. Ser novo, por sua vez, está ligado a consumir, e é nesse sentido que as autoras afirmam que o mercado ilusoriamente nos dá a sensação do direito de escolha, quando todos podem consumir tudo (aqueles que tiverem dinheiro, claro). O que nos é apresentado é a falsa ideia de que somos livres quando podemos consumir. O consumo está ligado à ideia de reinvenção, de modernização, de tecnologias e, porque não, de estilos de vida mais atualizados, que se “troca como se troca de roupa” (Lasch, 1986, p. 29).

Na contemporaneidade, adultos, jovens e crianças se igualam quando passam a serem vistos dentro de uma mesma ótica, como, por exemplo, a do consumo. Dentro deste foco de olhar, crianças/adolescentes e adultos não mais se distinguem (Castro, 1998a; Salles, 2005), ao se potencializar os mesmos tipos de desejos entre eles: estéticos, materiais e psicológicos. Deseja-se ser “belo”, possuir coisas “bonitas”, mesmo que dentro de uma beleza midiática padronizada. Os estilos de vida se aproximam, sendo o estilo jovial o modelo para os demais (Salles, 1998). Ao jovem, é atribuído o estilo de vida ideal na sociedade de hoje. “O envelhecimento postergado transforma o jovem, de promessa de futuro que era, em modelo cultural do presente” (Peralva, 1997, p. 23).

Neste contexto, em que os estilos de vida tendem a se aproximar, as relações entre adultos e jovens se modificam. Aquela relação anterior de autoridade e de tutela que os pais/responsáveis exerciam em relação a seus filhos, não é mais a mesma. A experiência dos pais, outrora valorizada, é passível de ser questionada. Atrelado a isso, temos o grande número de veículos midiáticos, que transmitem um excesso de informações carregadas de valores que competem direta e diariamente com os valores da família (Salles; Silva, 2012).

Segundo Levisky (1999), “a TV possui um poder doutrinador e é um modelo de identificação de hábitos, costumes e comportamentos”. Os esclarecimentos e observações que a família desempenhava outrora, hoje estão em uma condição amortecida. Competir com a velocidade de informações, imagens, propagandas coercivas, tornou-se tarefa quase impossível para as famílias. Com isso a família passa a ter grandes dificuldades de manter o papel que até então se esperava dela. Os valores e crenças familiares são passíveis de serem desprezados pelos membros infantis e jovens, trocados por ideais midiáticos, pouco ou nada questionados (Levisky, 1999).

Não é só isso, porém, ou seja, não é só a mídia que compete com os pais. As crianças e os jovens são consumidores e lhes é dado uma maior autonomia e poder de escolha, e eles adquirem o direito a ter voz. Isto tudo faz com

que as relações de autoridade e tutela se modifiquem. Alia-se a tais fatores a regulamentação do poder pátrio que se faz presente na legislação brasileira e no próprio ECA.⁴

Também a ciência regula e normatiza as relações pais e filhos. Modelos aprendidos com as gerações anteriores se tornam obsoletos. Assim, como apontam Zanetti e Gomes (2009) e Lasch (1986), os especialistas vão ditando as normas de conduta e desobrigando o sujeito de apelar para as suas próprias vivências para saber como agir e inclusive desobrigando-os de pensar.

Se o sujeito contemporâneo é fruto da soberania do “saber científico” sobre o “saber vivencial” e do modelo tecnológico, aplicando a relações interpessoais teremos então um sujeito que se demite da sua posição de sujeito, que se submete totalmente ao sistema que o comanda, que não se autoriza a pensar (Zanetti; Gomes, 2009, p. 200).

Isto tudo pode levar a uma perda precoce da tutela dos pais para com as crianças e adolescentes (Salles, 2005; Salles; Silva, 2012; Castro, 1998b; Castro, 2008; Sarmiento, 2004). A proximidade de condutas que as crianças e os adultos tendem a ter fragiliza a hierarquia familiar, quando o mais novo tinha respeito pelo mais velho devido a sua postura que exteriorizava maturidade típica da fase adulta. Com essa ausência do típico sistema ternário (Castro, 1998b), a criança não vê mais o adulto como um referencial a ser seguido e uma autoridade para si. Inicia-se então um possível processo da perda simbólica (não legal) da tutela dos pais para com seus menores.

Todo esse processo parece-nos ter implicações e reflexos diretos não somente dentro das famílias, mas também nas instituições escolares. Vemos, então, a escola procurando impor a função educativa às crianças e aos adolescentes em uma tentativa de substituir a família, visto que a tutela que os pais exerciam sobre os seus filhos é tida como “perdida” ou limitada. Neste sentido é que Barbosa (2007, p. 1.071) afirma que a escola tenta se colocar como eixo

⁴ Para maiores informações a respeito no Brasil, ver Itaboraí, 2005.

dominante ante a família, “controlando os tempos e os espaços das aprendizagens, ensinam temas abstratos por meio de atividades descontextualizadas e realizam uma ação educativa fundamentalmente moralizadora”. Como conceber e lidar com a relação intergeracional, suscita assim indagações.

Quando o ser humano passa a se colocar novas interrogações, a pedagogia e a escola também têm de se interrogar de forma diferente. Nesse sentido, cabe questionar em que medida a escola “faz” a juventude, privilegiando a reflexão sobre as tensões e ambiguidades vivenciadas pelo jovem, ao se constituir como aluno num cotidiano escolar que não leva em conta a sua condição juvenil (Dayrell, 2007, p. 1.108).

Diante de todas essas inquietações é que este estudo sobre o significado e as relações entre as etapas da vida foi realizado.

Infância e adolescência por eles mesmos: análise das entrevistas

É interessante descrever alguns assuntos e palavras-chave que apareceram nas falas das crianças quando pedimos a elas para definir a infância, a adolescência e a fase adulta. A infância é retratada por elas como algo muito bom, sem desvantagens, em que podem ser e fazer o que quiserem:

“Criança joga, brinca” (C1⁵, 10 anos de idade).

“Nóis pode brincar, não precisa se preocupar com coisas de adulto (C2, 10 anos de idade)”.

⁵ Os entrevistados são identificados neste estudo por letras e números: A letra C indica que o entrevistado é uma criança, ou seja, tem até 11 anos de idade, e a letra A indica que o entrevistado é adolescente tendo mais que 12 anos de idade. Os números indicam a ordem em que foram entrevistados. Por exemplo: C1 significa criança 1 entrevistada.

A infância é descrita como época de brincadeira e diversão. As crianças aparentemente vivenciam a infância tal como representada socialmente. A esfera doméstica e a escola são os locais privilegiados pelos quais circulam, e as relações afetivas se dão principalmente no âmbito da casa:

“Me dou melhor com minha avó, ela me abraça também” (C1, 10 anos de idade, 2011).

“Minha mãe me faz carinho. Não tem nada de ruim” (C2, 10 anos de idade, 2011).

“Gosto quando meu pai brinca de bola comigo” (C4, 10 anos de idade, 2011).

As crianças caracterizam a adolescência como o fim da infância, como época de viver desafios, experimentar liberdade, assemelhando-se nas suas falas às mesmas caracterizações que a sociedade designa ao adolescente, ou seja, que ele é um sujeito “sem noção”.

“É chato ser adolescente porque não sabe cuidar da vida direito, não tem noção” (C4, 10 anos de idade).

“Adolescente é chato porque não tem noção, não sabe o que *tá* fazendo” (C3, 10 anos de idade).

Quando perguntadas sobre as vantagens de ser adolescente, a ênfase recai sobre a possível liberdade que eles desfrutam que pode permitir a eles experimentar “coisas mais perigosas” e censuradas socialmente, como o álcool ou sair sozinho à noite e nadar em locais não permitidos. Ser adolescente parece ser bom; algumas possibilidades se “abrem”:

“Andar sozinho à noite, nadar nas piscinas fundas” (C2, 10 anos de idade).

“Beber bebida alcoólica, é só não beber demais” (C1, 10 anos de idade).

A adolescência para as crianças é também a época em que existe a possibilidade concreta de iniciar um namoro:

“Têm muitos adolescentes que na adolescência só pensam em namorar” (C3, 10 anos de idade).

É, porém, também a época de começar a assumir responsabilidades. As crianças citam algumas tarefas que o adolescente deve desempenhar que implicam maiores responsabilidades.

“O adolescente e a criança é igual, só muda algumas coisinhas que a gente sabe: trabalhar na roça, faxina. Ajudar no serviço de casa, cuidar dos irmãos” (C3, 10 anos de idade).

Para as crianças entrevistadas, quanto maior a faixa-etária mais se sabe o que é certo ou errado, de modo que “menos erros” são cometidos, como diz C1:

“O adolescente sabe o que é mais certo do que a criança” (C1, 10 anos de idade).

Os adultos são associados pelas crianças ao exercício da responsabilidade, visto que:

“Adulto tem que trabalhar” (C4, 11 anos de idade).

“O adulto sabe mais, e nós temos que aprender” (C3, 10 anos de idade).

O adulto é também caracterizado como forte emocionalmente, ou seja, como aquele que não chora, pois chorar é pelo menos para C4 (11 anos de idade); “volta aos tempo atrás (infância). E ao discernimento do certo e do errado:

“Ter responsabilidade, ver o que é certo e o que é errado, saber levar com as coisas, não xingar os outros de nomes feios, ter respeito” (C3, 10 anos de idade).

“Brincar, divertir como a gente, ser criança, como adulto não pode. O povo fala que quando a gente é grande, é adulto, não pode. Adulto ensina coisa certa pra criança, não ensina coisa errada” (C1, 10 anos de idade).

“Até pode brigar, mas o adulto não pode brigar que nem criança” (C2, 10 anos de idade).

Trabalhar, e com isso ter dinheiro e poder comprar, são possibilidades que o adulto detêm e que parecem ser muito desejadas e valorizadas pelas crianças. Poder comprar o que desejam coloca o adulto em um *status* totalmente diferente e serve para distingui-lo da criança e do adolescente.

Nas falas das crianças acerca da adolescência e da vida adulta, a hierarquia entre as idades existe de uma maneira fortemente estabelecida: quão maior a idade mais ações corretas a pessoa exerce e mais liberdade e autonomia se tem, o que é, no entanto, contrabalanceado pela necessidade de se assumir, cada vez mais, maiores responsabilidades.

Na fala dessas crianças as etapas da vida estão fixas. Cada um com sua idade, cada um se comportando de um jeito que é próprio à idade que se tem. As crianças parecem acreditar que cada faixa etária se comporta conforme aquilo que é socialmente esperado. Quanto mais velhos maiores são as responsabilidades, embora junto, talvez para compensar, venha a possibilidade de desfrutar de coisas que são proibidas às crianças, como o uso do álcool. Essas representações das crianças não questionam ou problematizam a percepção social que se constrói sobre as idades. A concepção de infância como época de brincar e viver sem responsabilidades se impõe.

Nas falas dos adolescentes, muitas características já apontadas pelas crianças para individualizar a infância acabam se repetindo. Os adjetivos utilizados para caracterizar a infância são: legal, brincadeiras, brincar de namorar, diferente, liberdade. Os adolescentes indicam certa coerência na forma como descrevem a infância enquanto etapa da vida e o que vivenciaram quando crianças:

“Eu queria ser criança de novo, gostava de pular corda, brincar” (A2, 18 anos de idade).

Os adolescentes parecem não conseguir encontrar desvantagem alguma na fase da infância, pois é uma época em que a liberdade, segundo eles, predomina:

“Quando era criança eu podia sair a hora que quisesse e agora ela (referindo-se a mãe) fica enchendo o saco por sair de casa” (A1, 18 anos de idade).

“Jogar bola agora é de vez em quando” (A4, 16 anos de idade).

O que, no entanto, parece estar idealizado, pois eles também contam:

“Eu tinha um namorado no Jardim, mas minha mãe não deixava, aí eu brincava escondido” (A2, 18 anos de idade).

Essa ideia de idealização da infância pelos entrevistados se reforça quando eles, diferentemente do esperado, dizem que a adolescência é a melhor fase da vida, justificado por:

“Nóis tem mais liberdade” (A3, 17 anos de idade).

“Porque a gente tem mais direito das coisas” (A1, 18 anos de idade).

“Nóis pode namorar” (A4, 16 anos de idade).

Como vimos, no entanto, essa liberdade é muitas vezes cerceada pelos pais. Os pais controlam o lugar em que vão, as baladas que frequentam, os namoros que começam:

“Eu prefiro ser adolescente porque agora pode sair em mais lugar. Mas agora minha mãe tá tentando segurar, antes ela segurava menos” (A1, 18 anos de idade, 2011).

Adolescência se associa à liberdade, mais ou menos controlada, e a direitos, porém junto com a liberdade e os direitos vêm as responsabilidades.

“O que eu mais faço é olhar meus irmãos. Tenho 7. Sou a mais velha” (A1, 18 anos de idade).

Para os adolescentes, entrar na adolescência significa deixar para trás sua condição de criança, assumindo responsabilidades como cuidar dos irmãos.

A ideia de adolescência como fase de passagem entre ser criança e ser adulto se faz presente:

“Eu acho que aí vai mudando, vai vivenciando mais as coisas. Aí nós já muda, não pode ser criança, nós tá mudando ser criança não dá mais não, tem que ser adolescente” (A1, 18 anos de idade).

“Nóis não brinca mais, nós arranja namorado” (A2, 18 anos de idade).

Quando e como definir, no entanto, que não se é mais criança? Para A2 a família é quem norteia o fim da infância e o início da adolescência:

“Acho que com 10 anos (quando pergunto sobre a idade que a infância termina). Minha mãe tirou todos os meus brinquedos, a Barbie, ela tirou todas as minhas bonecas, aí eu fiquei sem nada. Ela falou que não era mais criança. Ela me deu batom, maquiagem” (A2, 18 anos de idade, 2011).

Com isso a percepção dos adolescentes sobre a adolescência se aproxima das crianças. A adolescência, caracterizada nas falas, é o momento de deixar os brinquedos da infância, tempo de namorar, mas também época de assumir responsabilidades que, no entanto, parecem ser menores do que as dos adultos, pois a idade adulta é caracterizada como idade da razão e de responsabilidades.

É na vida adulta que, segundo os adolescentes, a razão prevalece. Devido ao acúmulo da aprendizagem do decorrer da vida, as pessoas se tornam, segundo eles, mais sensatas:

“Eu já acho normal, vai vivendo e aprendendo” (A1, 18 anos de idade, 2011).

A prevalência da razão e o aprendizado com a vida parece inclusive legitimar que o adulto imponha sua autoridade à criança e ao adolescente, cerceando-os em sua liberdade. Cabe aqui, então, o questionamento sobre a perda precoce da tutela. As regras impostas pelos adultos não são ignoradas e geram incômodos. Indagar porque isso ocorre é, então, uma questão que se apresenta.

Uma primeira constatação é que o adulto, na maioria dos casos, e para estes entrevistados especialmente, é o provedor da casa. O fato de o adulto trabalhar e, com isso, ter garantida sua independência, é um fator a ser considerado. Tanto é que os objetivos dos adolescentes entrevistados é o de “ser alguém na vida” trabalhando, tendo um emprego, pois, ao serem perguntados sobre o que querem da vida, dizem:

“Um emprego” (A1, 18 anos de idade).

“Um emprego. Quero se professora de matemática” (A2, 18 anos de idade).

“Ter um bom emprego, ser caminhoneiro” (A3, 17 anos de idade).

“Arruma um emprego” (A4, 16 anos de idade).

As expectativas sobre o futuro estão relacionadas ao trabalho que, juntamente com o “acúmulo” de experiências e vivências que a vida proporciona ao adulto, dão a este o *status* de sujeitos detentores da razão e a possibilidade de agir segundo suas determinações, de exercer seus direitos.

Destacamos, porém, que, mesmo que a fase adulta seja caracterizada de modo bastante positivo, como época de desfrutar de liberdades e de direitos, como idade da razão e de discernimento, ganhando com isso o respeito e a

obediência dos demais, os entrevistados, em sua maioria, dizem que não querem ser adultos. Das quatro crianças, só uma fala do desejo de se tornar adulta, outras duas querem permanecer crianças e uma quer ser adolescente:

“É chato se adulto porque tem que te responsabilidade” (C1, 10 anos de idade).

“Adulto tem que trabalha” (C2, 10 anos de idade).

Também os adolescentes não almejam ser adultos. O trabalho enquanto responsabilidade parece ser algo não desejado. Vemos aqui que as falas e a literatura da área, como discutimos antes, tendem a se aproximar.

Considerações finais

A infância na sociedade atual tem em sua complexidade o reflexo de um percurso histórico de concepções, interesses políticos e mercadológicos que nem sempre é possível de ser vislumbrado nas falas das crianças e dos adolescentes entrevistados.

O objetivo deste estudo foi investigar os sentidos e concepções sobre a infância e a adolescência que vigoram na sociedade atual. Neste contexto, procuramos discutir como a tutela e a conseqüente autonomia e independência que crianças e adolescentes desfrutam estão sendo configuradas.

Nas falas das crianças acerca da adolescência e da vida adulta a hierarquia entre as idades está fortemente estabelecida: quão maior a idade mais ações corretas a pessoa exerce e mais liberdade e autonomia se tem, o que é, no entanto, contrabalanceado pela necessidade de se assumir, cada vez mais, maiores responsabilidades.

Na fala dessas crianças as etapas da vida são fixas. Cada um com sua idade, cada um se comportando de um jeito que é próprio à idade que se tem. As crianças parecem acreditar que cada faixa etária se comporta conforme

aquilo que é socialmente esperado. Essas representações das crianças não questionam ou problematizam a percepção social que se constrói sobre as idades.

Nas falas dos adolescentes, muitas características já apontadas pelas crianças para caracterizar a infância e a adolescência acabam se repetindo.

Os entrevistados, deste modo, reproduzem em suas falas características universalizadas e naturalizadas sobre as etapas da vida. Infância é a época de brincar, a adolescência é a época de se divertir e a idade adulta é a época de assumir responsabilidades.

Como vimos, os entrevistados, em sua maioria, dizem que não querem ser adultos. Cabe aqui então um questionamento: Será que a tutela que o adulto exerce sobre as crianças e adolescentes está realmente sendo precocemente perdida? Será que os adolescentes e as crianças tendem a repetir um senso comum aprendido e reproduzido sem reflexão, de modo que a discussão teórica não foi incorporada às representações? Este estudo, ao colocar tais questões, indica que outras investigações a respeito devem ser realizadas, inclusive diferenciando gênero e nível socioeconômico.

Referências

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARBOSA, M. C. S. Culturas escolares, culturas de infância e culturas familiares: as socializações e a escolarização no entretecer destas culturas. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 – especial, p. 1.059-1.083, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Cortez, 1990.

CAMARANO, A. A. et al. Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiro. *Ultima década.*, Santiago, v. 12, n. 21, dic. 2004.

- CAMPOS, C. C. G.; SOUZA, S. J. Mídia, cultura do consumo e constituição da subjetividade na infância. *Psicologia Ciência e Profissão*, Rio de Janeiro, RJ, 22 (1), p. 12-21, 2003.
- CASTRO, L. R. de. A infância como alegoria. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Rio de Janeiro, n. 3, p. 5-13, 1998a.
- CASTRO, L. R. de (Org.). *Infância e adolescência na cultura do consumo*. Rio de Janeiro: Nau, 1998b.
- CASTRO, L. R. de. *Re-visitando a infância contemporânea: passagens, possibilidades e destinos*. Mesa Redonda, 2008.
- DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 – especial, p. 1.105-1.128, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.
- DELGADO, A. C. C; MULLER, F. Infâncias, tempos e espaços: um diálogo com Manoel Jacinto Sarmiento. *Currículo sem Fronteiras*, v.6, n.1, p.15-24, Jan/Jun 2006.
- ITABORAÍ, Nathalie Reis. A proteção social da família brasileira contemporânea: reflexões sobre a dimensão simbólica das políticas públicas. 2005. 18 p. (Trabalho apresentado no Seminário “As famílias e as políticas públicas no Brasil”, 21-22 de novembro de 2005, Belo Horizonte, Abep). Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/NathalieItaborai.pdf>>
- LASCH, C. *O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LEVISKY, D. L. A mídia - interferências sobre o aparelho psíquico. *Revista Diagnóstico & Tratamento*, vol. IV, n. 2, abr./maio/jun. 1999.
- MOMO, M.; COSTA, M. V. Crianças escolares do século XXI: para se pensar uma infância pós-moderna. *Cadernos de Pesquisa*, v. 40, n. 141, set./dez. 2010.
- PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, SP, n. 5 e 6, 1997.
- POSTMAN, N. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.
- SALLES, L. M. F. *Adolescência, escola e cotidiano: um discurso contrastante entre o genérico e o particular*. Piracicaba, São Paulo: Ed. Unimep, 1998.
- SALLES, L. M. F. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. *Estudos de Psicologia*. Campinas, SP, v. 22, p. 32-42, jan./mar. 2005.
- SALLES, L. M. F.; SILVA, J. M. A de P. *Família e escola: interfaces da violência escolar*. São Paulo: Unesp; Cultura Acadêmica Ed., 2012.

SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. *Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação*. Porto, Portugal: Asa Editores, 2004.

SZAPIRO, A. M.; RESENDE, C. M. A. Juventude: etapa da vida ou estilo de vida? *Psicologia & Sociedade*, Rio de Janeiro, RJ, 22 (1), p. 43-49, 2010.

ZANETTI, S. A. S.; GOMES, I. C. A ausência do princípio de autoridade na família contemporânea. *Psico.*, Porto Alegre, RS, v. 40, n. 2, p. 194-201, abr./jun. 2009.